

## PERCEPÇÃO CRÍTICA SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

KAROLINE FARIAS KOLOSZUKI MACIEL<sup>1</sup>; BRUNA WAGNER IRION<sup>2</sup>; MIGUEL DAVID FUENTES-GUEVARA<sup>3</sup>; LUANA NUNES CENTENO<sup>4</sup>; ÉRICO KUNDE CORRÊA<sup>5</sup>; LUCIARA BILHALVA CORRÊA<sup>6</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – karoline-maciel@hotmail.com;

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – bruirion@gmail.com;

<sup>3</sup>Universidade Federal de Pelotas –miguelfuge@hotmail.com;

<sup>4</sup>Universidade Federal de Pelotas – luananunescenteno@gmail.com;

<sup>5</sup>Universidade Federal de Pelotas – ericokundecorrea@yahoo.com.br;

<sup>6</sup>Universidade Federal de Pelotas – luciarabc@gmail.com.

### 1. INTRODUÇÃO

A Abordagem Ambiental (AA) pode apresentar vastos conceitos, mas um dos fatores mais argumentados é a agregação do processo educativo com as questões ambientais, o qual pode contribuir para a estruturação de sociedades sustentáveis, que é uma das principais exigências educacionais da época atual (COIMBRA, 2010).

Cabe destacar que a Educação Ambiental (EA) se tornou um instrumento no combate à degradação do meio ambiente, portanto é de extrema importância entender como ela está inserida no contexto educacional (PONTES, 2017). No Brasil, a criação da Política Nacional de Educação Ambiental-PNEA, Lei Federal Nº 9.795 de 27 de abril de 1999 (BRASIL, 1999) garante que: “A EA é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal. (Art. 2º)” (BRASIL, 1999).

Frente a isto é primordial que as universidades estabeleçam um propósito e um processo a fim de tornar a ideologia da sustentabilidade, uma alternativa real de desenvolvimento universitário, que seja vivenciada por todos os membros (SILVA et al. 2011). Todavia para que os discentes possam usufruir dessa realidade, e atuar de forma participativa, é necessário que seja formulado um conteúdo interdisciplinar possível de ser desenvolvido para todas as áreas, contribuindo na formação profissional (SILVA, 2017).

A realização de disciplinas ambientalmente orientadas, ou seja, aquelas que abrangem o âmbito social e ambiental, é uma estratégia conveniente na contribuição de formação de profissionais capazes de atuar de forma ambientalmente responsável na sua área de atuação (SILVA; WACHHOLZ; CARVALHO, 2016).

A busca de uma sociedade sustentável esta diretamente relacionada com a necessidade inerente de tratar das questões ambientais no ensino superior (PONTES, 2017). A universidade é uma plataforma de produção científica e intelectual, que pode capacitar ações voltadas a melhorias dos diversos problemas ambientais, e atuar na transformação do ambiente em que vivemos (BACCI et al. 2017).

Apesar dos desafios, as disciplinas ambientalmente orientadas na grade curricular dos cursos de ensino superior estimulam o interesse do aluno, capacitando a mudança de pensamento, devido à visibilidade que garante a temática socioambiental (SILVA, 2017). Diante o exposto este trabalho objetivou realizar um levantamento para compreender como a Educação Ambiental está inserida nas diferentes malhas curriculares nos cursos de graduação da

Universidade Federal de Pelotas e a importância dos conhecimentos socioambientais que são transmitidos para os alunos da universidade.

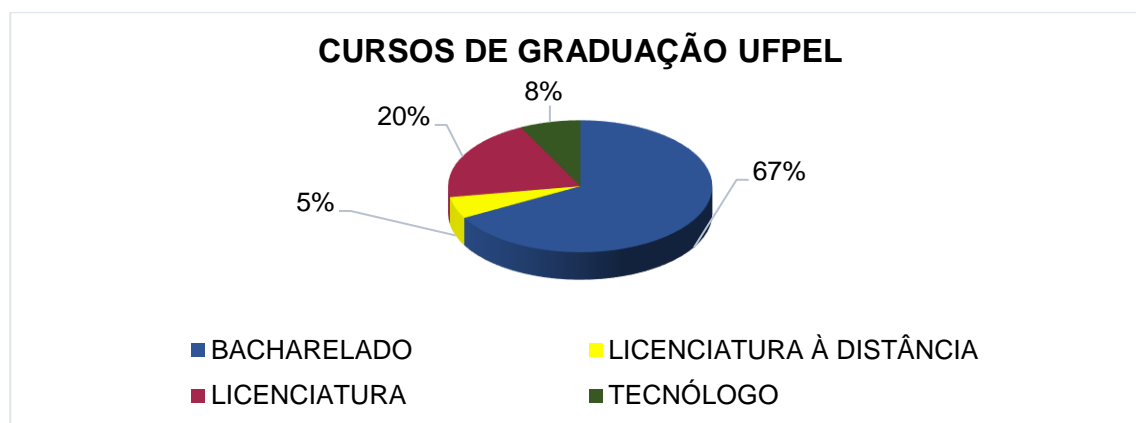
## 2. METODOLOGIA

Essa pesquisa foi realizada na Universidade Federal de Pelotas (UFPe), que é uma universidade pública brasileira, de ensino superior. Localizada no Sul do Rio Grande do Sul, na cidade de Pelotas, a 250 km de Porto Alegre, capital do Estado, a UFPe foi criada, em 1969. Sua história remonta à Universidade Rural do Sul (URS), cujo surgimento, em 1960, resultou de esforços movidos por professores da Escola de Agronomia Eliseu Maciel, que desde 1957 lutavam por sua criação. Atualmente a UFPe possui 16.461 estudantes nos diversos cursos de graduação.

A pesquisa de caráter qualitativo objetiva, diagnostica o processo de incorporação da Educação Ambiental nos currículos de graduação da UFPEL, em seus aspectos formais e práticos, analisando os Projetos Pedagógicos de Curso, grades curriculares e Planos de Ensino, confrontando-os com as concepções Conservadora e Transformadora da Educação Ambiental, a fim de se verificar como conceitualmente se deu a incorporação da EA ou se a mesma não foi considerada. Contou com o levantamento da estrutura curricular de todos cursos de graduação, através do site da Universidade Federal de Pelotas, tendo como base para compilação dos dados o projeto pedagógico dos cursos.

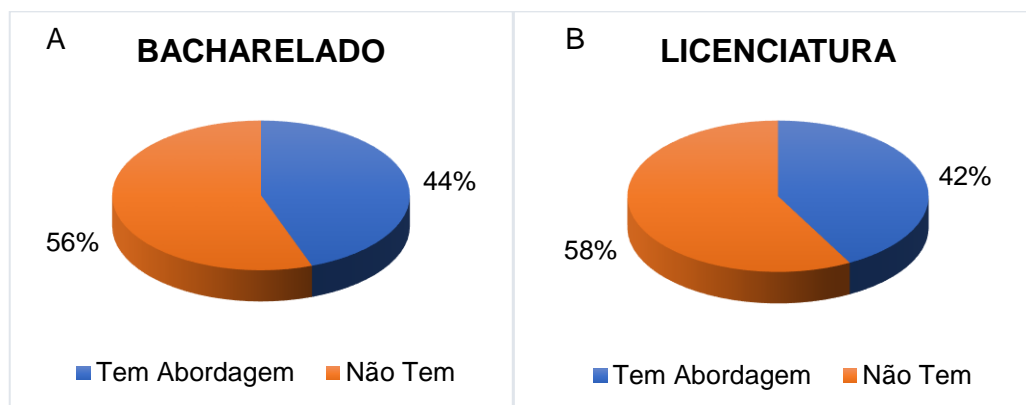
## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através do levantamento dos cursos de ensino superior foi possível distinguir 4 grupos, a saber: bacharelados, licenciaturas, licenciaturas à distância e tecnólogo. Sendo que o bacharelado contém 63 cursos, licenciatura 19 cursos, licenciatura à distância 5 cursos estando estes localizados em diferentes polos e tecnólogo 7 cursos. Sendo assim é possível observar (Figura 1) que o bacharelado contém o maior número de cursos dentro da universidade (67%) e em contraste a licenciatura a distância representa a menor percentagem de cursos (5%).



**Figura 1:** Representação gráfica da proporção de cada dos quatro grupos, dentro da UFPEL.

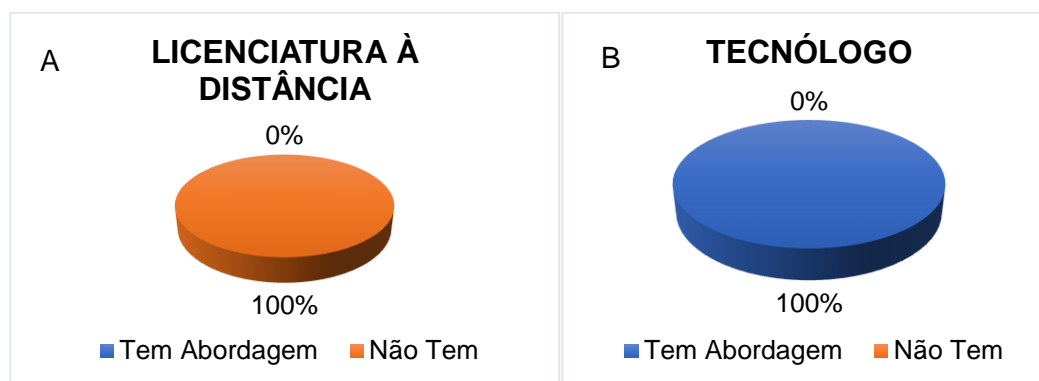
Quando realizada a análise individual dos quatro grupos com relação ao bacharelado observa-se que apenas 44% dos cursos possuem abordagem ambiental (Figura 2A), sendo esta percentagem muito próxima da encontrada com relação a licenciatura que é de 42% (Figura 2B).



**Figura 2:** Representação gráfica da percentagem de dois grupos com relação a abordagem ambiental (A) Bacharelado e (B) Licenciatura.

Contudo, dentre os cursos que não há abordagem estão os cursos de bacharel da área da saúde, que é de extrema importância, visto que, entre as fontes de degradação ambiental, os resíduos de serviços de saúde representam uma peculiaridade importante, quando gerenciados inadequadamente, oferecem risco potencial ao ambiente (COELHO, 2000).

Por conseguinte com relação à licenciatura à distância (Figura 3A) e tecnólogos (Figura 3B) observa-se um contraste, uma vez que nos cursos tecnólogos todos apresentam abordagem ambiental, e nos cursos de licenciatura a distância esta abordagem não existe.



**Figura 3:** Representação gráfica da percentagem de dois grupos com relação a abordagem ambiental (A) Licenciatura a distância e (B) tecnólogo.

Os cursos de Licenciatura já foram demasiadamente valorizados pela sociedade. Porém, atualmente é nítida a visão decadente que a sociedade tem acerca dessa área e, consequentemente, dos profissionais que são formados através dela (FERNANDES, 2016). Toda essa desvalorização tem grande impacto quando se discute a formação do profissional da educação, uma vez que por não terem sua formação atrelada a questões ambientais, afetam diretamente na sociedade em geral, tendo em vista que estes são os profissionais responsáveis pela disseminação do conhecimento dentro de uma sala de aula (FERNANDES, 2016).

Com o surgimento de novas leis, ocorreram oportunidades de forma interdisciplinar e transdisciplinar, para o enriquecimento dos currículos dos cursos, formando pessoas: integradas aos problemas mundiais, críticas e conscientes com sua função na sociedade, consequentemente os currículos são cada vez mais flexíveis de forma a atender às transformações mundiais e são constantemente adaptados às mudanças necessárias (MANFRINATO, 2006).

#### 4. CONCLUSÕES

Podemos concluir através desse estudo que há dificuldades na disseminação da temática socioambiental na Universidade Federal de Pelotas de forma disciplinar, como por exemplo, a falta de oferta destes componentes, sendo necessário garantir que em todos os cursos de graduação da universidade, sejam ofertadas disciplinas optativas voltadas à abordagem das questões ambientais, e que também a inserção destes conteúdos nas disciplinas obrigatórias, para garantir que o aluno não conclua sua graduação sem um conhecimento mínimo sobre o tema.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACCI, D. C.; CARDOSO, L. S.; SANTIAGO, L. O. Educação ambiental nos cursos de graduação: tendências à Ambientalização curricular. In: XVI Encontro Paranaense de Educação Ambiental, Curitiba, 2017. p. 1-4.

BRASIL. **Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999. Art. 2º, 9º e 13.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. 1999. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm). Acesso em: 5 set. 2018.

COIMBRA, A. S. **Interdisciplinaridade e Educação ambiental: integrando seus princípios necessários.** 11f. Universidade Federal de Juiz de Fora. 2010.

MANFRINATO, M. H. V.. **Proposta de organização curricular em curso técnico-profissionalizante: meio ambiente e educação ambiental-um estudo de caso.** 240f. 2006. Tese (Doutora em ciências da engenharia ambiental). Universidade de São Paulo, São Carlos, 2006.

SILVA, A. D. V.; MENDONÇA, A. W.; MARCOMIN, F. E.; MAZZUCO, K. T. M.; BECKER, R. R. Percepção ambiental como ferramenta para processos de Educação Ambiental na universidade. **Revista eletrônica do mestrado em educação ambiental**, v. 27, p. 1-21, 2011.

SILVA, A. N, DA; WACHHOLZ, C. B.; CARVALHO, I. C. M. Ambientalização curricular: uma análise a partir das disciplinas ambientalmente orientadas na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). **Revista eletrônica do mestrado em educação ambiental**, v. 33, n. 2, p. 209-226, 2016.